



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

TERRITÓRIO MÉDIO PARAÍBA DO SUL NUMA PERSPECTIVA AGROECOLÓGICA CRÍTICA

Aline F. Ferrari Peixoto¹; Carlos José Saldanha Machado²

¹Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente (PGMA)/UERJ, linferrari@yahoo.com.br

²Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), carlos.saldanha@fiocruz.br

GT 07: Crise ambiental global, capitalismo histórico e sistema-mundo

RESUMO

Este artigo buscou identificar fatores que favorecem e dificultam a promoção da agroecologia como prática transformadora frente às contradições do regime alimentar dominante, em direção a uma sociedade justa e solidária com todas as formas de vida. Para isso, apresenta um diagnóstico crítico da realidade agro-socioambiental do território Médio Paraíba do Sul (MPS), historicamente marcado por processos de acumulação capitalista, especialmente durante o Ciclo do Café. A pesquisa adotou um estudo de caso fundamentado na Teoria Crítica e na abordagem agroecológica do binômio “anúncio-denúncia”. Foram identificados sete principais fatores de caráter crítico — como a degradação ambiental e a vulnerabilidade climática — e oito iniciativas com potencial transformador, entre elas a atuação de grupos de certificação orgânica participativa, assentamentos rurais e dispositivos legais favoráveis à agroecologia. Conclui-se que o diagnóstico permite evidenciar contradições e mapear potencialidades para uma transformação socioambiental emancipadora no MPS, contribuindo para processos de incidência política em prol da agroecologia.

Palavras-chave: Teoria Crítica; Diagnóstico Agro-socioambiental; Agroecologia Política; Mata Atlântica; Anúncios e Denúncias

Destaques (highlights)

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

- Agroecologia, enquanto ciência, prática e movimento social, oferece instrumentos para transformação desde unidades produtivas até sistemas alimentares como um todo.
- A análise de tendências estruturais no contexto agro-socioambiental do território com foco nos obstáculos e as oportunidades à sua superação contribui para processos de incidência política em agroecologia.
- Grupos de certificação orgânica participativa, assentados, agricultores familiares e quilombolas desempenham papel importante em processos de promoção da agroecologia no Médio Paraíba do Sul.
- A promoção da transição agroecológica depende da articulação entre diversos atores sociais alinhados à perspectiva agroecológica, demandando participação social e políticas públicas integradas.

INTRODUÇÃO

Os sistemas alimentares são centrais na crise ecológica planetária derivada de processos de acumulação capitalista, por meio do barateamento do alimento, da matéria-prima e do trabalho, bem como da ocultação de injustiças sociais e da deterioração de serviços agroecossistêmicos (Moore, 2022; Machado, 2025). Além de produzir alimentos saudáveis, a agroecologia (AE) contribui para a justiça social, a conservação da biodiversidade e a adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas (Land Gap Report, 2022). Isso porque, enquanto ciência, prática e movimento social, a agroecologia oferece instrumentos para a transformação, desde unidades produtivas até sistemas alimentares como um todo (Gliessman, 2015). As diferentes dimensões da AE permitem examinar criticamente tanto as condições de hegemonia do sistema alimentar dominante e suas injustiças quanto as possibilidades reais de emancipação por meio de ações transformadoras que promovem sustentabilidade alimentar, social, econômica e ambiental, desenvolvendo uma práxis que integra conhecimento e ação. Por isso, é considerada uma teoria crítica (Von Der Ploeg, 2017).

Como parte dos esforços para promover o aumento da sua escala e a transição agroecológica do sistema agroalimentar, é preciso compreender os fatores – ou drivers – que promovem ou dificultam essa transição a partir dos diferentes contextos territoriais (Monteiro et al., 2025). Nesta direção, o movimento agroecológico brasileiro adota metodologias emancipatórias e críticas para a construção de conhecimento e a incidência política. No território Médio Paraíba

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

do Sul (MPS), fortemente impactado por processos de exploração social e ambiental orientados pela eficiência produtiva na lógica de expansão capitalista, a Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ), junto à academia e outras entidades, desenvolve pesquisa militante pautada em dinâmicas de diagnóstico, reflexão e proposição de ações para avançar com estratégias de incidência política ancoradas na realidade local.

Este estudo busca responder: quais são as principais contradições, obstáculos e oportunidades para a promoção da agroecologia no território Médio Paraíba do Sul, considerando suas dimensões agro-socioambientais e o contexto histórico e político vigente?

A partir desta questão, propomos um diagnóstico crítico que integre análises das dinâmicas territoriais e das práticas agroecológicas locais, visando contribuir para processos emancipatórios e para a construção de políticas públicas eficazes.

METODOLOGIA

Área de estudo, caráter da pesquisa e atores envolvidos

O território aqui considerado corresponde a uma das oito diferentes organizações regionais da AARJ¹. Composto por 21 municípios (dos 92 do estado do Rio de Janeiro), o MPS abrange: Resende, Itatiaia, Quatis, Porto Real, Barra Mansa, Volta Redonda, Barra do Piraí, Pinheiral, Valença, Rio das Flores, Piraí, Rio Claro, Vassouras, Mendes, Miguel Pereira, Engenheiro Paulo de Frontin, Paty do Alferes, Paraíba do Sul, Comendador Levy Gasparian, Três Rios e Areal. O território incide integralmente sobre o da região hidrográfica fluminense do Médio Paraíba do Sul, ou RH-III, com exceção de dois municípios: Areal e Engenheiro Paulo de

¹ Com abrangência estadual e atuando desde 2006, a AARJ tem por um de seus princípios a centralidade das experiências concretas para incidência política “de baixo para cima”. Atualmente se organiza por meio de sete grupos de trabalho (GTs) temáticos e nove regionais, e agrega cerca de 200 pessoas e 50 organizações.

Apoio:



Realização:



anppas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

Frontin, que, embora localizados em outras bacias, são incorporados pela Articulação devido à presença de grupos atuantes no movimento agroecológico regional.

Território do Médio Paraíba do Sul



Fig.1: Território Médio Paraíba do Sul considerado pela AARJ

Os sujeitos envolvidos com a pesquisa são atores sociais ligados ao movimento agroecológico territorialmente situado, assumido como espaço legitimado de escuta e diálogo entre os sujeitos, em especial agricultores. Como a questão-problema foi formulada neste coletivo, o presente estudo caracteriza-se como pesquisa participante militante.

Referencial teórico-metodológico

O referencial teórico-metodológico adotado é a Teoria Crítica (Nobre, 2004; Machado, 2024), que pressupõe uma relação dialética entre teoria e prática denominada práxis, marcada por uma atitude crítica e orientada para a emancipação. Parte da investigação das potencialidades melhores presentes na realidade atual e dos obstáculos à realização de tais potencialidades considerando que “não é possível mostrar ‘como as coisas são’ senão a partir da perspectiva de ‘como deveriam ser’”(Nobre, 2004, p. 9-10).

O percurso prático da Teoria Crítica, segundo Nobre, se dá a partir dos momentos de diagnóstico do tempo presente, seguido de prognóstico e ação transformadora. O presente estudo focou sua atenção na etapa de diagnóstico, investigando tendências e contradições internas do próprio sistema e as potencialidades contra hegemônicas existentes.

Este processo equivale ao binômio “denúncia-anúncio” na pedagogia crítica de Paulo Freire (1997), fortemente empregado pelo movimento agroecológico brasileiro, segundo o qual a

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

conscientização sobre a realidade parte das denúncias das injustiças do sistema dominante e se dirige aos anúncios das formas de resistência e superação destas injustiças.

Procedimentos de construção e análise de dados

Inspirado nesse referencial, foi adotado o estudo de caso do MPS como território de atuação da AARJ. Foram realizados três procedimentos principais: (1) pesquisas bibliográfica e documental em fontes oficiais e científicas sobre diferentes aspectos do território; (2) observação participante entre 2022 e 2025, por meio da participação em reuniões, visitas e eventos ligados ao movimento agroecológico local; e (3) realização de 63 entrevistas com representantes de experiências agroecológicas em todo o MPS, como parte de um mapeamento colaborativo desenvolvido pela AARJ em 2023, disponibilizado na plataforma Agroecologia em Rede, utilizando questionário estruturado com 20 conjuntos de questões.

Com base nesse material teórico e empírico, elaborou-se um diagnóstico agro-socioambiental do território, considerando, de maneira integrada, fatores ligados a diferentes dimensões da realidade consideradas relevantes numa perspectiva agroecológica crítica. Tais fatores foram associados a uma dimensão principal – ambiental, social, cultural, econômica ou política – e situados como aspectos de “denúncias” ou “anúncios”.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Contexto agro-socioambiental do Médio Paraíba do Sul

A aptidão agrícola do território justifica-se pelo predomínio do Latossolo (CIBMPS, 2021), solo com alta fertilidade natural e boa drenagem. Aliada à oferta de terras e de mão de obra escravizada, essa condição favoreceu o ciclo do café, que atingiu seu auge entre as décadas de 1830 e 1840, tornando-se o principal produto de exportação do Brasil.

Com o objetivo de facilitar a vigilância sobre a força de trabalho escravizada, adotou-se o plantio em linhas verticais, “morro abaixo”. Entretanto, essa disposição torna o solo tropical suscetível à lixiviação, ao esgotamento da camada fértil e à erosão. Assim, o solo do MPS começou a se degradar, levando à migração das lavouras para novas áreas, seguindo o chamado “bafo da mata”, buscando usufruir de umidade e nutrientes — mas, contraditoriamente, provocando a devastação massiva da Mata Atlântica.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

O declínio do ciclo do café, no início do século XX, foi acompanhado pela transição para o trabalho assalariado, pelo endividamento dos barões do café e pelo abandono de terras agrícolas devido à queda da produtividade. Após esse ciclo, a pecuária extensiva consolidou-se, transformando significativamente a paisagem: de florestas primárias e plantações para pastagens degradadas, com erosão e manchas de vegetação secundária.

Dos 21 municípios do território MPS considerado pela AARJ, 19 estão inseridos na Região Hidrográfica do MPS (RH-III), sub-bacia do rio Paraíba do Sul, que nasce na serra da Bocaina e atravessa São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Dada a relação entre as pessoas e suas margens fora atribuído popularmente o nome de “piraquara” aos seus pescadores e moradores. Com a construção da Rodovia Presidente Dutra e o processo de urbanização e industrialização, o rio sofreu severa poluição industrial, especialmente pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), sediada em Volta Redonda. Montanhas de rejeitos e poluição atmosférica constituem parte do legado dessa empresa. Nos anos 1990, ambientalistas passaram a se referir ao rio como a “vala do Paraíba”, o que impulsionou a criação do Comitê de Bacia do Médio Paraíba do Sul, voltado à regulamentação do uso da água.

Atualmente, o Paraíba do Sul enfrenta problemas graves de erosão, lançamento de esgotos e despejo de contaminantes químicos industriais, comprometendo a qualidade da água (CIBMPS, 2021). Apesar disso, a RH-III é responsável pelo abastecimento de água da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, via transposição para a bacia do Guandu, o que torna sua conservação uma questão estratégica de saúde pública.

Além de servir contraditoriamente como fonte de dessedentação humana e receptáculo de rejeitos domésticos e industriais, o Paraíba do Sul é também apropriado pelo setor elétrico. No trecho do MPS, o rio é explorado por sete empreendimentos hidrelétricos. Outras infraestruturas — como a ferrovia, o gasoduto Gasbel II e linhas de transmissão de energia — atravessam o território, impactando áreas de reflorestamento e Unidades de Conservação (UCs).

A litografia histórica de Jean-Baptiste Debret, de 1834, intitulada “Floresta virgem: às margens do Paraíba”, retrata a cobertura original da Mata Atlântica na região. Atualmente, 55% da área da RH-III encontra-se ocupada por usos antrópicos, sendo 7% urbanizada, 2% dedicada à agricultura e 45% convertida em pastagens (CIBMPS, 2021). Essas pastagens, voltadas à pecuária extensiva sem manejo adequado, são frequentemente queimadas na estação seca (Brasil, 2018).

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

A redução da cobertura florestal — que compromete a evapotranspiração e o sombreamento naturais — tem provocado a desregulação da temperatura e da umidade locais. Em relação de interdependência, essa desregulação, associada aos efeitos das mudanças climáticas, contribui para a intensificação dos incêndios florestais. O MPS é uma das regiões mais afetadas pelo fogo no bioma Mata Atlântica, com quase 20% da sua área queimada nos últimos 37 anos. Em 2024, incêndios criminosos destruíram cerca de 500 hectares do Parque Estadual da Serra da Concórdia, uma das maiores UCs da região, com aproximadamente 6 mil hectares protegidos. Além dessa, destacam-se outras Unidades de Conservação no território: o Refúgio da Vida Silvestre do Estado do Médio Paraíba (70 mil ha), o Monumento Natural Estadual da Serra da Beleza (5 mil ha), a Área de Proteção Ambiental (APA) Alto do Pirai (34 mil ha) e a APA Bemposta (19 mil ha). Há também pequenas iniciativas de conservação associadas aos Comitês do Médio Paraíba e do Guandu, programas ambientais municipais e estaduais, além de projetos de recomposição florestal e créditos de carbono promovidos por organizações da sociedade civil.

Mesmo diante de uma paisagem degradada e em processo inicial de recuperação, o turismo figura como importante setor econômico do território. A marca “Vale do Café” projeta uma imagem bucólica da região, destacando atrativos reiteradamente veiculados em websites de divulgação por meio de categorias como história, patrimônio, cultura, natureza e Mata Atlântica. Embora esse turismo possa contribuir para o desenvolvimento rural sustentável, para a agroecologia e para a conservação ambiental, é necessário reconhecer que essa representação idealizada resulta de políticas que neutralizam a história local (Barros, 2018), apagando memórias indígenas e negras e silenciando seus sujeitos por meio de interesses hegemônicos. O apagamento mais emblemático é o da presença negra ligada à escravidão. Segundo Salles (2008), havia uma íntima conexão entre a ordem econômica e social escravista e a configuração do Estado Imperial, que garantia a hegemonia da classe senhorial. Vassouras foi o centro do controle escravista imperial e, ainda hoje, revela-se a assimetria entre as memórias senhoriais e as das pessoas escravizadas. Enquanto o circuito turístico exalta os barões do café por meio de ruas e sobrados preservados, fora desse circuito está o Memorial Manoel Congo, um pálido monumento à resistência negra.

O acesso à terra para a população negra, após a abolição, foi dificultado pela ausência de políticas sociais e fundiárias, além da destruição intencional de documentos comprobatórios

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

por parte dos proprietários, o que contribuiu para o apagamento da história e da ancestralidade desses grupos. Somente no centenário da abolição, com a Constituição Federal de 1988, o país passou a promover a regularização fundiária de comunidades remanescentes de quilombos.

No MPS, muitos ex-escravizados migraram em busca de trabalho em outras regiões, mas alguns grupos permaneceram nas fazendas após a morte dos proprietários, com ou sem documentos de doação. Esse é o caso das quatro comunidades quilombolas presentes no território. A comunidade de São José da Serra (Valença) recebeu sua titulação definitiva do INCRA em 2015 (Acquilerj, 2021). As demais — Boa Esperança (Areal), Santana (Quatis) e Alto da Serra Mar (Rio Claro) — foram certificadas pela Fundação Palmares, mas ainda aguardam a titulação definitiva. Essas comunidades desenvolvem atividades agrícolas e de trabalho assalariado, enfrentando dificuldades no acesso a políticas públicas básicas.

A cultura do jongo, profundamente enraizada na presença negra no território, mantém vivo o elo entre passado e presente. Essa manifestação cultural resiste secularmente nas comunidades quilombolas remanescentes e também nos quintais familiares de descendentes de escravizados, transformando o ato de “massar café” — outrora associado à violência — em passo de dança, entre cantos enigmáticos, críticos e fortemente territoriais. Exemplos disso são os versos:

"Jongo de Barra veio do cativeral. Aqui no Médio Paraíba tudo o que semeia dá. Eu plantei cana, colhi café. Em roça de bananeira jogueiro nasceu no pé" (Jongo do Quintal, de Dorândia, distrito de Barra do Piraí) e *"Ô com tanto pau no mato, a embaúba é coroné"* (Jongo de Pinheiral).

No MPS, o latifúndio e o coronelismo ainda marcam a ausência de redistribuição fundiária e a falta de reparação às desigualdades estruturais, atingindo comunidades quilombolas e assentados. Existem seis assentamentos rurais na região: Roseli Nunes e Terra da Paz (Piraí), Vida Nova (Barra do Piraí), Saldo (Barra Mansa) e Irmã Dorothy (Quatis), originados entre o final dos anos 1990 e o início dos anos 2000, por meio de ocupações do MST e formalizados pelo INCRA (Brasil, 2023).

A produção nesses assentamentos é gerida de forma familiar e cooperativa, destacando-se a atuação do coletivo Alaíde Reis, que comercializa produtos como hortaliças, frutas, legumes, leite e derivados por meio do canal Terra Crioula do MST. Os assentados relatam dificuldades de comercialização, escassez de feiras e entraves nas vendas institucionais ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Com base no Censo Agropecuário do IBGE (2017), identificou-se que 53,6% dos estabelecimentos agrícolas do MPS são de agricultores familiares. Destacam-se, com percentuais superiores à média, os municípios de Itatiaia, Paty do Alferes, Pinheiral, Resende e Rio Claro. Quanto às atividades econômicas, predominam as lavouras permanentes (44%), seguidas pela pecuária e criação de outros animais (30%), lavouras temporárias (13,6%) e horticultura/floricultura (11,6%) — com destaque para o cultivo convencional de tomates.

Embora a produção de café tenha pouca representatividade na agricultura familiar do território, vem ganhando visibilidade em função da valorização turística do “Vale do Café”, com algumas iniciativas agroecológicas, especialmente em sistemas agroflorestais.

Especificamente em relação às experiências agroecológicas mapeadas pela AARJ, a maioria atua na produção, comercialização, feiras e beneficiamento, com gestão familiar e comunitária e participação igualitária de homens e mulheres. Os principais sujeitos são agricultores familiares e camponeses, seguidos por assentados da reforma agrária. Os temas centrais incluem a segurança alimentar e o manejo agroecossistêmico.

Muitos não acessam políticas públicas e, entre os que acessam, destacam-se o PNAE, a Lei da Agricultura Orgânica e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). As demandas principais são: apoio à comercialização, infraestrutura e insumos. A certificação orgânica mais comum entre eles é o Sistema Participativo de Garantia (SPG).

Em 2025, em um contexto de abertura política e atuação parlamentar progressista na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), foi instituído o Polo de Agroecologia e Produção Orgânica (PAPO) do MPS. Criado pela Lei 10.789/25 e vinculado à Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (PEAPO), o PAPO abrange 19 municípios da RH-III e prevê apoio à agricultura familiar e às comunidades quilombolas, fomento à comercialização, à regularização ambiental e à gestão sustentável das unidades produtivas.

Denúncias e anúncios Agroecológicos no MPS

Foram identificados 15 fatores principais na realidade do MPS, sendo oito "denúncias" e sete "anúncios", vinculados às dimensões ambiental, social, cultural, econômica e política.

Denúncias: degradação de solos, águas e florestas; vulnerabilidade climática e queimadas; impactos do setor energético e da mineração; apagamento histórico de indígenas, ciganos e,

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

sobretudo, negros; concentração fundiária e permanência de traços do coronelismo; dificuldades no escoamento da produção agroecológica; e obstáculos no acesso a políticas públicas.

Anúncios: existência de Unidades de Conservação e iniciativas de reflorestamento; resistência de sujeitos ligados ao campesinato e à agricultura familiar; protagonismo de grupos com certificação orgânica via SPG; presença ativa de assentamentos e comunidades quilombolas; valorização dos grupos jongueiros; práticas de autoconsumo e doação no âmbito da produção agroecológica; acesso a políticas públicas como o PNAE e o Pronaf; e o fortalecimento do campo agroecológico com a criação do PAPO na região do MPS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo apresenta um diagnóstico crítico da realidade agro-socioambiental do Médio Paraíba do Sul, identificando tendências estruturais, contradições, obstáculos e potencialidades para sua superação.

Observar a realidade do MPS sob uma perspectiva crítica implica reconhecer as marcas deixadas na paisagem por ciclos históricos de exploração e acumulação de capital. Nada foi mais impactante, nesse sentido, do que o ciclo do café. Contudo, o processo de transição ou escalonamento agroecológico na região se relaciona com esse contexto, mas não está determinado por ele.

Num horizonte emancipatório, destaca-se o protagonismo de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e sujeitos envolvidos em experiências agroecológicas, frequentemente organizados em torno de sistemas participativos de certificação (SPG), como agentes prioritários da transição agroecológica no território.

Além disso, ressalta-se a importância das políticas públicas, em especial a criação do PAPO, como instrumento estratégico para o fortalecimento da agroecologia no MPS.

A promoção da transição agroecológica é um processo complexo, que requer a articulação de diversos atores sociais alinhados a essa perspectiva, combinando participação popular, práticas territoriais e políticas públicas eficazes.

Nesse sentido, espera-se que o presente estudo possa contribuir para o desenvolvimento de metodologias emancipatórias e críticas voltadas à construção de conhecimento e à incidência política comprometida com a promoção da agroecologia no MPS — contribuindo para a

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

superação das contradições do regime alimentar dominante e para a construção de uma sociedade justa e solidária com todas as formas de vida.

REFERÊNCIAS

Associação de Comunidades Remanescentes de Quilombo do Estado do Rio de Janeiro - Acquilerj. (2021). Relatório comunidades quilombolas do Estado do Rio de Janeiro. KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço. https://kn.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Relatorio_Quilombos-RJ-1.pdf

Barros, K. M. de M. (2018). As representações na construção da região econômica-turística-cultural do Vale do Café Fluminense. 129 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Agronomia/Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro.

Brasil. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra. (2023, 24 de novembro). Assentados de Barra do Pirai (RJ) recebem serviços em ação integrada. Gov.br. <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/assentados-de-barra-do-pirai-rj-recebem-servicos-em-acao-integrada>

Brasil. Ministério do Meio Ambiente. (2018). 2ª atualização das áreas prioritárias para conservação da biodiversidade. <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-biomas/biomas-e-ecossistemas/conservacao-1/areas-prioritarias/2a-atualizacao-das-areas-prioritarias-para-conservacao-da-biodiversidade-2018>

Comitê de Integração de Bacias Médio Paraíba do Sul - CIBMPS. (2021). Plano de bacia da região hidrográfica do Médio Paraíba do Sul (RH-III) (Coordenação e elaboração: CBH-Médio Paraíba do Sul). Profill.

Freire, P. (1997). Denúncia, anúncio, profecia, utopia e sonho. In Brasil & Senado Federal (Orgs.), O livro da profecia: o Brasil no terceiro milênio. Coleção Senado. <http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/handle/7891/2575>

Gliessman, S. R. (2015). Agroecology: The ecology of sustainable food systems (3rd ed.). CRC Press/Taylor & Francis.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2017). Censo agropecuário 2017: Tabela 6769 – Número de estabelecimentos agropecuários e área dos estabelecimentos agropecuários, por tipologia, condição do produtor em relação às terras e grupos e classes de atividade. <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6769#resultado>

Land Gap Report. (2022). The 2022 Land Gap Report. <https://www.landgap.org/2022/report>

Machado, C. J. S. (2024). Homo reciprocans: 101 aforismos sobre crise ecológica planetária, decrescimento e humanismo biocêntrico. E-papers.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Monteiro, F. T., Fernandes, L. M., Silva, R. A., & Pereira, C. M. (2025). Drivers for agroecological transition: An analysis of 40 years of experience in Minas Gerais, Brazil. *Agricultural Systems*, 222, 104174. <https://doi.org/10.1016/j.agsy.2024.104174>

Moore, J. W. (Org.). (2022). *Antropoceno ou capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo*. Editora Elefante.

Nobre, M. (2004). *A teoria crítica*. Companhia das Letras.

Salles, R. (2008). *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX: senhores e escravos no coração do Império*. Civilização Brasileira.

Van der Ploeg, J. D. (2017). Prefácio. In *LUME: Método de análise econômico-ecológica de agroecossistemas*. <https://aspta.org.br/files/2021/07/LUME-Alta.pdf>

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:

